



XV ENCONTRO NACIONAL DE SIOT 16 e 17 de Maio 2013

RELAÇÕES SOCIAIS EM TEMPO DE CRISE Trabalho, Emprego e Justiça Social

COVILHÃ | Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade da Beira Interior

EMPREGO

CRISE

CONDIÇÕES
TRABALHO

JUSTIÇA
SOCIAL

DESEMPREGO

Organização: APSIOT
Associação Portuguesa de Profissionais
em Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho

Informações/Inscrições
www.apsiot.pt/encontro/indexxv.html
apsiot@net.vodafone.pt
Tel./Fax: 218687941 (das 14h às 19h30)

Parceria/Apoio:



Patrocínio/Apoio:



2013, APSIOT (Associação Portuguesa de Profissionais em Sociologia Industrial das Organizações e do Trabalho)

XV Encontro Nacional da APSIOT
Relações Sociais em Tempo de Crise-Trabalho, Emprego e Justiça Social

Primeira edição: Dezembro de 2013
Tiragem: 250 exemplares

ISBN: 978-989-95465-3-0
Produção/Editor: APSIOT

APSIOT
Rua de Santa Marta, 47 – 5º Andar, Sala 509
1169-023 Lisboa
Telf/Fax: 218 687 941
E-mail: apsiot@net.vodafone.pt
Página: www.apsiot.pt

O Estado Social Activo À Prova Dos Beneficiários Da Iniciativa Novas Oportunidades

João Eduardo Martins

jrmartins@ualg.pt

Faculdade de Economia da Universidade do Algarve

Resumo

Pretendemos com esta comunicação estimular o debate e a reflexão sociológica em torno das políticas públicas de activação a partir dos resultados parciais de uma investigação de doutoramento em Sociologia a decorrer na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa onde se estuda a acção pública do trabalho de formar adultos na sociedade portuguesa a partir da Iniciativa Novas Oportunidades. Os dados empíricos já produzidos resultam da análise estrutural de conteúdos a trinta e oito entrevistas semi-estruturadas. É a partir das representações e dos sistemas de sentidos que os técnicos que trabalham no terreno têm dos beneficiários com e sobre os quais trabalham que esta reflexão é levada a cabo. As políticas de activação propõem uma distinção marcante entre, por um lado, um Estado Social Passivo, cujas políticas teriam como centralidade o assegurar de direitos sociais sob a forma da assistência e da indemnização face aos destroços provocados pelo sistema capitalista e por outro lado, um Estado Social Activo, que põe a tónica na necessidade de activar os indivíduos, torná-los autores da sua própria vida, responsabilizá-los pela sua própria trajectória e destino social, promover a sua autonomia. Os indivíduos passam a ser portadores de direitos sob a condição de cumprirem os deveres impostos pelo Estado. Eles são merecedores das alocações atribuídas pelo Estado, se e só se, demonstrarem voluntariamente a sua adesão a este novo contrato social que lhes impõe um conjunto de obrigações. Ora o que os dados produzidos no âmbito da nossa investigação demonstram é que nem todos os beneficiários estão predispostos a aderir ao jogo ideológico das políticas de activação uma vez que é muito evidente que uns estão mais predispostos à activação do que os outros.

Palavras chave: Estado Social Activo, Modos de Representação dos Beneficiários, Novas Oportunidades

Introdução

Na presente comunicação apresentam-se alguns resultados parciais da investigação levada a cabo no âmbito de uma dissertação de doutoramento em Sociologia cujo objecto de estudo se centra na construção da acção pública na sociedade Portuguesa a partir do analisador Iniciativa Novas Oportunidades. É a exploração analítica dos dados que dizem respeito ao modo como os técnicos que têm a seu cargo a responsabilidade pela implementação da Iniciativa representam os destinatários da medida e a sua relação com as políticas de activação Estatal o centro da nossa preocupação. A investigação segue os ditames das metodologias qualitativas, busca o estudo aprofundado de uma determinada realidade, a partir de dois casos em estudo, um Centro de Formação Profissional e uma Associação de Desenvolvimento Local da região do Algarve e teve como técnica de recolha de dados privilegiada a entrevista semi-estruturada a trinta e oito técnicos que trabalham nesta Iniciativa, quer como formadores e mediadores dos cursos de Educação e Formação de Adultos quer como formadores e técnicos de reconhecimento,

validação e certificação de competências dos Centros Novas Oportunidades. Os dados foram tratados a partir da análise estrutural de conteúdos à maneira de Hiernaux (1997) com o objectivo de esboçar os modelos culturais ou sistemas de sentidos que permitem a compreensão dos modos como estes técnicos representam os beneficiários com quem e sobre os quais trabalham. Partimos do pressuposto que apesar de haver uma representação normativa emanada do Estado inscrita nos documentos oficiais sobre os beneficiários do Programa “*Novas Oportunidades*” quando espreitamos pelo microscópio na observação do trabalho formativo com a preocupação de perceber a complexidade das situações formativas a partir do olhar dos formadores e dos profissionais que fazem o trabalho de reconhecimento e validação dos adquiridos experienciais salta-nos à vista um mosaico compósito de representações sobre os beneficiários que a análise dos normativos oficiais não nos permite de todo captar. Estes diferentes modos como os técnicos e os formadores de educação e formação de adultos representam os beneficiários desta medida de política pública são de extraordinária importância analítica para se perceber como os mesmos se posicionam perante os diferentes tipos de clientes que têm pela frente num contexto societal em que as políticas públicas de educação de adultos seguem as solicitações inerentes às políticas de activação, subjacentes estas, à ideia de Estado Social Activo¹. Quais os diferentes modos de representação dos beneficiários da Iniciativa Novas Oportunidades e de que maneira esses diferentes modos se relacionam com o trabalho no âmbito da activação do outro e do modo como o outro exerce um trabalho sobre si próprio? A análise do material empírico permite demonstrar como as políticas de activação emanadas das orientações europeias se confrontam hoje com desafios fortes ao nível da sua concretização nos terrenos da acção pública. Os dados demonstram claramente que os públicos destinatários da “*activação*” não estão em igualdade de condições face a estas novas exigências do trabalho sobre si próprio inerentes ao Novo Espírito do Capitalismo (Boltanski e Chiapello, 1999) e que nem todos se “*activam*” nos modos pretendidos pelas novas políticas públicas estatais.

¹ Para uma interessante proposta interpretativa da passagem do Estado Providência e o modo de regulação societal a si associado na direcção de um Estado Social Activo (ESA) e de um novo modo de regulação societal centrado na exigência da “*activação*” dos indivíduos consulte-se o artigo de Cassiers (2005).

O Estado Social Activo à prova dos beneficiários da Iniciativa Novas Oportunidades: A ideologia à prova da empiria

A análise do material empírico permitiu a objectivação de quatro tipos-ideais² de beneficiários a partir dos montes isotópicos fabricados. Um primeiro modelo cultural que remete para o tipo-ideal dos beneficiários da medida, perspectivados como *oportunistas*. Um segundo modelo cultural que remete para os *clientes-ideais*. Um terceiro modelo cultural assente na objectivação de um sistema de sentidos que leva a olhar os formandos como *forçados* e por fim, um quarto modelo cultural remete para o tipo-ideal dos *encostados*.

Quadro 1: Representações dos Profissionais EFA sobre os beneficiários: As motivações para a prática da formação

Tipos Ideais de Beneficiários	Motivações dominantes para a prática da formação	Modo de Racionalidade dominante	Modos de designação da situação	Modos de posicionamento face à intenção política de activação
Oportunistas	Dominância das motivações materiais	Racionalidade estratégica centrada no cálculo custos-benefícios	Oportunistas, aproveitadores, papa-cursos, subsidio-dependentes. Profissionais da formação	Formação como modo de vida (propósito de aproveitar a almofada financeira temporária)
Clientes-ideais	Dominância das motivações escolares e de melhoria das suas competências pessoais e profissionais	Racionalidade normativa centrada na adesão às normas do jogo formativo	Excelentes, “ <i>aqueles com quem dá gosto trabalhar</i> ”	Formação como oportunidade de vida (Propósito de mudar de vida)
Forçados	Sem motivações de quaisquer espécie para a formação	Racionalidade contra-normativa centrada no questionamento e na recusa das normas da prática formativa	Obrigados, coagidos, ameaçados	Formação como coacção institucional (Propósito de ingressar no mundo do trabalho, rejeição da formação)
Encostados	Dominância de motivações materiais e reduzida motivação para a prática da formação	Racionalidade procedimental e estratégica centrada na tensão permanente entre a pressão dos profissionais para a tarefa e a busca do máximo proveito com o menor esforço	Encostados, arrastados	Formação como modo de vida com possibilidade de um despertar para uma oportunidade de vida

Fonte: “Das Políticas às Práticas de Educação De Adultos: Lógicas de acção, Sentidos e Modos de Apropriação Localmente Produzidos”, tese de doutoramento em sociologia em curso na FCSH da Universidade Nova de Lisboa, 2013.

² Os tipos-ideais em Weber (1971:40) são construções conceptuais que sendo extraídas da realidade empírica só muito excepcionalmente têm correspondência na realidade. São ferramentas heurísticas fundamentais para se avançar na busca do conhecimento científico.

Os oportunistas: Os aproveitadores do sistema

O primeiro de sistema de sentidos objectivado produz uma oposição forte entre os “oportunistas”, cujas motivações dominantes para a prática da formação são do foro material e os “não oportunistas” cujas motivações que os levam a frequentar a formação são de outro foro, que não o material. Os “oportunistas” aparecem também com outros modos de designação associados, tais como, “papa-cursos”, “aproveitadores”, “subsídio-dependentes” e “profissionais da formação”. Movem-se por um modo de racionalidade predominantemente estratégica assente no cálculo custos-benefícios, procurando tirar a maior rendibilidade material da frequência da formação com o menor investimento possível em relação às práticas exigidas pela situação de formação. Para muitos deles a formação é um “modo de vida” com a intenção principal de aproveitar o tempo da frequência da Iniciativa Novas Oportunidades como uma almofada social temporária que os coloca numa situação confortável. Como revela a construção isotópica que nos levou ao modelo dos “oportunistas” alguns dos beneficiários são representados a partir da perspectiva dos técnicos e formadores EFA como “papa-cursos”, ou seja, “pessoas que fazem curso atrás do outro sempre há procura da bolsa” e que “vão saltitando de curso em curso”. São perspectivados como “pessoas que vivem disso” e que estão interessadas sobretudo “em estar integrados num curso e receberem a bolsa enquanto estão ali”. O curso funciona como uma espécie de almofada financeira que segundo os técnicos “cria maus hábitos e vícios” e gera dependência face à situação de comodidade em que se encontram. Para além dos papa-cursos, outros, mesmo que não entrando na categoria dos “papa-cursos”, são vistos como movendo-se apenas e só, por razões materiais: “muitos deles só lá estavam para ganhar o subsídio”; “pareceu-me uma preocupação muito monetária”, “tinha lá uma que me disse de caras, eu estou aqui só pelo dinheiro”; “alguns são profissionais da formação”; “são especializados nisso”, “a profissão dele, formando”. Vejamos mais em pormenor através da voz dos próprios formadores como estes definem os papa-cursos. Sónia é Técnica de Desenvolvimento Local numa Associação onde realizámos entrevistas. É também mediadora do curso EFA - B3, de *Apoio Familiar e à Comunidade* e formadora do módulo *Aprender com Autonomia*. Tem trinta e oito anos, é licenciada em Gestão de Empresas e tem formação Pós-Graduada em Educação de Adultos.

“Entrevistador – Falou ai na questão dos papa-cursos. Pode-me tentar explicar um pouco melhor essa ideia?”

Entrevistada – São (risos) as pessoas que fazem curso atrás do outro sempre à procura da bolsa, não é. Aqui quando fizemos a selecção tentámos que isso não existisse, portanto, tentámos que não tivéssemos pessoas que vivem disso e portanto eu penso que isso agora acaba, não é, porque já não vai haver tantos cursos financiados mas sabemos que ao longo destes anos em que houve financiamentos, houve pessoas que atrás de um curso faziam outro, faziam outro e faziam outro e iam saltando de curso em curso, independentemente da área de formação que fosse, não estavam interessados na área, estavam interessados era em estar integrados num curso e receberem a bolsa” (...) (EIL1/pág. 25).

Como mediadora do curso Sónia participou do processo de recrutamento e selecção dos formandos. Segundo nos disse, no momento do recrutamento, na entidade para onde trabalha, procurou-se seleccionar os “*papa-cursos*”, impedindo-os de entrar no percurso de formação, para que estes não tirassem o lugar a quem verdadeiramente pudesse aproveitar a oportunidade oferecida pela Iniciativa Novas Oportunidades. Os “*papa-cursos*”, são assim percepcionados como “*aproveitadores*” de um sistema que não se quer feito para eles. Há que procurar deixar de fora os “*oportunistas*” para abrir espaço aos que efectivamente fazem por merecer a oportunidade. Segundo a Sónia, essa selecção dos *papa-cursos* foi bem conseguida: “*não temos aquelas pessoas que nós dizemos que são os papa-cursos, ou seja, quando vieram para aqui não vinham de uma rotina de cursos, não vinham*” (IAA/EIL1/pág. 24), versão esta que não bate certo com a de Cátia, trinta e três anos, Animadora Sócio-Cultural de profissão, licenciada em Animação Artística e com duas Pós-Graduações, uma em Teatro e Educação e outra em Promoção e Mediação da Leitura, formadora na área tecnológica no módulo de Animação e Lazer no mesmo curso de Sónia, para quem os “*oportunistas*”, sob o modo *papa-cursos*, são uma realidade com que se defrontou de facto:

“Entrevistador – Quando se refere aos oportunistas...

Entrevistada – São pessoas que como já lhe disse e tinha lá pelo menos duas ou três que viviam só mesmo para esse tipo de coisas (...) não vão fazer o estágio para não concluírem para se poderem candidatar ao próximo curso desse estilo e então andam de curso em curso e acabam por não fazer nada e entretanto já tinham vindo de outros dois. Isso tem que ser muito bem pensado, se já fez um, já não faz mais nenhum, ao menos que um curso, por exemplo, desde que seja de Apoio Familiar e o outro seja uma coisa que especialize mais, sei lá, para o tratamento de idosos e aí compreende-se. Acho que cada caso é um caso, tem que se ver nesse aspecto, agora pessoas que estão lá, que já vieram de outros cursos e que vão fazendo e saltam de curso em curso e começam em Jardinagem, passam para Culinária, passam para Apoio à Comunidade, depois se abrem um de Electricidade, até é muito engraçado, vamos lá aprender a construir extensões e vão e nunca acabam nenhum mesmo para poderem continuar a saltar de curso em curso, há pessoas que fazem isso, isto falo com conhecimento de causa dito por uma delas.” (EIL7/Pág. 21).

No mesmo sentido de Cátia se pronuncia Leonardo, trinta e oito anos, formador da área de competência-chave de Inglês, formador de Francês e Inglês no CNO e coordenador de acções de formação. Licenciado em Línguas e Literaturas Modernas, com forte experiência em Educação de Adultos, que nos conta, quando fala dos formandos que se “*perdem*” através das desistências

dos cursos EFA, como se depara com pessoal especializado na acção estratégica de saltitar de curso para curso:

“(...) foram saindo aos poucos, perdemos quatro, logo uma no início que não tinha tempo, que trabalhava à noite ou o que é, num bar e depois estava sempre a faltar de manhã, foi mesmo excluída. Depois perdemos uma mais à frente, depois outra, até ao Natal perdemos quatro elementos em vinte e agora perdemos uma no fim, foi comunicado há pouco tempo, a última que tinha desistido, mas essa, essa já é profissional a fazer isso, vai até ao fim do curso depois desiste para não ter o 9º ano, para se poder inscrever noutra (...) portanto há pessoal especializado nisso. (EIL6/Pág. 13).

A bolsa de formação que os formandos recebem é percebida pelos formadores como funcionando como um atractivo que gera “*dependência*” e “*comodidade*” actualizando uma representação social dos beneficiários que os encara como actuando numa lógica estratégica que importa estender o mais possível no tempo para ter o conforto da almofada financeira do momento. Esse é o significado social de “*saltitar de curso em curso*”.

Os Clientes-Ideais: Aqueles que são talhados para o programa

Um segundo monte isotópico extraído do material empírico, em que se procura dar conta das representações sociais dos profissionais de educação e formação de adultos sobre as motivações do seu público para a prática da formação, permitiu-nos identificar um segundo sistema de sentidos que remete para o tipo-ideal de beneficiário que designámos por “*cliente-ideal*”. Este tipo de beneficiário ao contrário do modelo dos oportunistas que se orienta predominantemente pelas motivações materiais é movido sobretudo por motivações de carácter não material. Não se trata de dizer que as motivações de ordem material não contam para este tipo de formandos, mas de constatar que são motivações de outra ordem aquilo que nas representações dos técnicos prevalecem como contribuindo para as suas disposições para a acção de formar. Dominam então as motivações relacionadas com a valorização da escolaridade, com a melhoria das suas competências pessoais, sociais e profissionais e uma vontade de alterar a sua situação de vida. O modo de racionalidade dominante nestes beneficiários é o de uma racionalidade normativa centrada na adesão às normas do jogo formativo, são rotulados como “*excelentes*” ao nível do empenho e das capacidades e competências percebidas e são o tipo-ideal de beneficiário “*com quem dá gosto trabalhar*”. Se no modelo anteriormente descrito, o dos oportunistas, a formação era percebida como um modo de vida com o propósito principal de aproveitar a almofada financeira assegurada pelo acesso a uma bolsa de formação de um valor percebido como muito confortável, neste sistema de sentidos, a frequência da Iniciativa Novas Oportunidades é

percepcionada como uma verdadeira oportunidade de vida. Os beneficiários estão lá, não só para aprender e melhorar as suas competências, mas também, com o propósito de mudar de vida procurando melhorar a sua condição social e profissional.

Vejamos o que nos diz Sónia, mediadora do curso EFA de Apoio Familiar e à Comunidade para quem este grupo de formandos com quem está a trabalhar é dos melhores grupos com quem já trabalhou.

“Entrevistador – Ao nível de empenhamento dos formandos sente que há diferenças?”

Entrevistada – Há diferenças há, pessoas muito empenhadas, temos pessoas, este grupo como eu referi tem pessoas muito capazes. A grande maioria dos formandos são pessoas muito capazes, com muitas competências e que são capazes de ir mais além, portanto, não só o 9º ano, mas o 12º ano ou ir mesmo para a universidade (...)” (ELL1/pág.26).

Questionada sobre o nível de empenhamento dos formandos na prática formativa refere que no grupo de formação há pessoas “*muito empenhadas*”, “*muito capazes*”, com “*muitas competências*” e que são capazes de “*ir mais além*” do ponto de vista da sua trajetória formativa. Estes são percepcionados como sendo portadores de competências que os poderão conduzir a trajetórias de escolarização longa, não só ao nível do 9º ano, mas também, ao nível do acesso ao ensino superior. Ao contrário dos oportunistas (sobretudo na sua versão de papacursos) que são perspectivados de forma negativa e a quem se procurava colocar uma barreira à entrada, selecionando-os, uma vez que são tidos por indesejados para o trabalho de formação, os clientes-ideais³ são perspectivados de forma muito positiva e são estes que são os beneficiários desejados, aqueles com quem efectivamente se retira prazer em trabalhar.

Os Forçados: A recusa das políticas de activação estatal

O sistema de sentidos associado à isotopia que produz uma representação dos beneficiários como forçados, permite-nos constatar, que este sistema de representação difere, não só, do sistema de sentidos associado ao tipo-ideal dos oportunistas, cujas motivações principais para a prática da formação são de ordem material e em que os profissionais EFA destacam a centralidade do “*subsídio*” como preocupação central do público-alvo, mas difere também, do sistema de

³ Recorremos aqui ao conceito de “*cliente-ideal*” tal como utilizado por Becker quando constata nas perspectivas dos professores um modelo de referência na forma como estes se relacionam com os seus alunos e organizam o trabalho escolar (Becker in Gomes, 1987:37). É na construção interactiva no interior do espaço escolar que a fabricação deste tipo-ideal de aluno se produz e é a partir deste modelo ideal-típico que se actua face a todos os outros tipos. Cremos que na educação de adultos é perfeitamente adequada esta expressão como comprova a análise do material empírico que recolhemos.

sentidos associado ao cliente-ideal, cujas motivações principais para a prática da formação são sobretudo de ordem não material, valorizando estes destinatários, de forma muito positiva, as aprendizagens formativas e o trabalho de reconhecimento e a validação das suas competências, fazendo juz à designação Iniciativa Novas Oportunidades uma vez que encaram a sua possibilidade de participação nesta medida de política pública como uma potencial “*oportunidade*”. Os forçados distinguem-se destes dois tipos-ideais por não terem qualquer espécie de motivação para a frequência da Iniciativa. O seu modo de racionalidade dominante é centrado numa forma de racionalidade contra-normativa que faz do questionamento e da recusa da obrigatoriedade das normas da prática formativa o seu principal *leitmotiv*. Nos sistemas de representação dos profissionais encarregues da implementação das “*Novas Oportunidades*”, os forçados, aparecem como “*obrigados*” a frequentar a medida, coagidos pelas entidades estatais e “*ameaçados*” da perda dos subsídios que lhes estão atribuídos devido à sua condição socialmente desfavorecida. A frequência da formação é sentida como uma coacção institucional e o seu principal propósito é o regresso ao mundo do trabalho. Aquilo que muitos destes beneficiários procuram é um “*trabalho*” e o trabalho de formação não entra nos seus planos de vida. As políticas sociais de activação encontram aqui um potencial obstáculo. Segundo alguns dos profissionais, não se consegue activar quem não quer ser activado. Esta forma de activação estatal é sentida como uma activação forçada que em nada contribui para a credibilidade da medida. A análise realizada a partir do material empírico recolhido nas entrevistas aos formadores EFA e aos profissionais de RVCC permitiu-nos constatar que há uma nova regra emanada do ministério que regula o Instituto de Emprego e Formação Profissional que impõe que toda a gente que está desempregada e que não tenha habilitações ao nível do 12º ano é obrigada a inscrever-se na Iniciativa Novas Oportunidades, o que na opinião dos entrevistados faz gerar “*problemas*”. Existem “*peças que estão aqui obrigadas*”, “*que não querem saber disto para nada*”, “*que estão desmotivadas e que estão contra vontade*”, “*que atacam os profissionais e estragam os grupos de formação*”. Alguns destes beneficiários são percebidos como “*peças que nunca fizeram nada e já são profissionais do desemprego*” ou que “*vivem de biscates*”. Tem-se a ideia de que “*não querem trabalhar em lado nenhum*” e que o que querem é “*continuar com a sua vidinha e viver fora deste esquema*”. São ameaçados do corte do Subsídio de Desemprego ou do Rendimento Social de Inserção. São pessoas que se

“tornam agressivas e chegam aqui chateadas, aborrecidas e ameaçam os profissionais”, “acabam por se sentir empurradas de um lado para o outro” e “incomodam os restantes colegas e estorvam o seu trabalho e o dos técnicos”. Ao contrário dos clientes-ideais que são os clientes das “Novas Oportunidades” verdadeiramente desejados, os forçados, pelos problemas que colocam ao trabalho dos profissionais são um tipo de clientes que chegam a ser indesejados.

O discurso da Sónia é mais uma vez extraordinariamente rico de significados a este respeito.

“Há coisas que, há coisas muito mal definidas, por exemplo agora, muito mal quer dizer, há que ponderar bastante bem a decisão e a regra, por exemplo, agora, uma nova regra no Instituto de Emprego, por um lado não está mal mas que é preciso ver caso a caso, que é, toda a gente que está desempregada e que não tenha as habilitações a nível do 12º ano obrigam-nos a ir para um Centro Novas Oportunidades ou para um curso EFA ou para o que quer que seja, obrigam-nos a inscrever-se na Iniciativa Novas Oportunidades, eu por um lado compreendo isto, portanto, se uma pessoa está desempregada, então têm que se qualificar mais para se poder voltar a integrar no mercado de trabalho mas isto depois gera problemas, depois temos pessoas aqui que estão obrigadas que não querem saber disto para nada que estão desmotivadas e que estão contra vontade e o que é que fazem, atacam os profissionais e estragam os grupos de formação, portanto, temos tido casos, desde que isto agora começou, casos muito, muito graves (...)” (EIL1/pág.46).

Apesar de compreender o princípio inerente às políticas sociais de activação que procuram fazer com que os beneficiários que estejam em situação de desemprego tenham de cumprir o dever de se requalificar através da frequência da formação, de facto, as coisas no terreno, no seu quotidiano de trabalho, nem sempre correm da melhor maneira. Não só as pessoas se sentem coagidas e revelam um total desinteresse na frequência da iniciativa como inclusivamente “atacam os profissionais” e “estragam os grupos de formação”.

No mesmo sentido se posiciona Maria, 45 anos, licenciada em Engenharia Alimentar, formadora no módulo de Aquisição, Armazenagem e Conservação de Produtos Alimentares num curso EFA e Técnica de Diagnóstico do Centro Novas Oportunidades de uma Associação de Desenvolvimento Local para quem a Iniciativa Novas Oportunidades foi um conceito interessante enquanto as pessoas “o faziam por livre e espontânea vontade” mas que gera efeitos perversos a partir do momento em que as pessoas estão obrigadas a ir para os Centros Novas Oportunidades porque estão desempregadas.

“Explico-lhe porquê, falei até nas Novas Oportunidades que foi um conceito interessante a partir do momento em que as pessoas o faziam por livre e espontânea vontade, ou seja, eu trabalho há vinte anos, sou muito boa no que faço mas não tenho equivalência académica, portanto, isto era um bom ponto de partida, agora neste momento as pessoas estão obrigadas a ir para os Centros Novas Oportunidades porque estão desempregadas e o IEFP obriga e isto é um bocado perverso não é, as pessoas não vão beneficiar daquilo em nada porque não estão minimamente motivadas para o fazer e o que eu acho é que as coisas estão a ir pelo caminho errado e daí sentir que não têm um futuro, pelo menos um futuro saudável.” (EIL13/pág. 4).

O facto de os beneficiários serem “ameaçados” pela Segurança Social e pelo Instituto de Emprego de lhes ser retirado o Rendimento Social de Inserção ou o Subsídio de Desemprego faz com que por sua vez as pessoas se tornem “agressivas” e se revoltam não só contra os profissionais com quem contactam directamente mas também incorporem uma revolta face às instituições. Neste sentido, na visão dos beneficiários, os profissionais representam o poder do Estado de quem se rejeita a coacção institucional.

Os encostados: Uma activação feita por arrasto

O sistema de sentidos que resultou da construção do tipo-ideal de beneficiários com a designação de “encostados” permite-nos constatar que estamos perante um perfil de público-alvo que à semelhança do tipo-ideal dos “oportunistas” move-se prioritariamente pelas motivações de ordem material e apresenta uma fraca motivação para a prática da formação. O modo de racionalidade dominante cruza um misto de racionalidade procedimental e ao mesmo tempo, estratégica, centrada numa tensão permanente entre a pressão alta dos profissionais para a realização das tarefas e as actividades e em simultâneo a procura do máximo proveito dos benefícios da frequência da formação com o menor esforço face à exigência do trabalho conforme os formadores o idealizam. Assim, os encostados são, não poucas vezes, “arrastados” e chegam a ser mesmo objecto de “ameaças” com o objectivo de os levar a cumprir os deveres inerentes às expectativas normativas da prática da formação. A frequência da formação para esta categoria de beneficiários aparece nas representações dos profissionais como sendo um modo de vida com possibilidade em alguns casos, após uma intervenção permanente sobre os mesmos, de um despertar para o aproveitar de uma oportunidade de vida. A objectivação isotópica permite-nos constatar assim que “há pessoas que se encostam um bocado” e que “ficam ali à espera de colinho todos os dias”, que há pessoas que se encostam “todos os dias aos problemas que têm em casa”, que “há pessoas que poderiam ter ido mais além” se “trabalhassem mais” mas “encostaram-se um bocado”, que há pessoas “que têm dificuldade e se encostam” ou ainda que “há pessoas que se encostam às colegas de grupo”.

Uma das razões percebidas para o “encosto” é-nos avançada pela Sónia para quem no seu entender há pessoas que utilizam os seus handicaps e os problemas pessoais de forma estratégica para legitimar os seus encostos. Isto não é aceite por esta mediadora do curso EFA que evita

funcionar como uma bengala de suporte (Martucelli, 2002) permanente impeditiva em seu entender do desenvolvimento da autonomia dos beneficiários da formação e gerador de dependência. Há pessoas que ficam “à espera de colinho todos os dias” e que se encostam frequentemente aos “*problemas lá de casa*” o que, segundo a Sónia, não pode funcionar como uma justificação aceitável. Há que evitar o papel de “*mãe*”. Um suporte sob a forma de “*bengala permanente*” não ajuda ao trabalho de saída da situação de dependência.

Vejamos o discurso na primeira pessoa:

Entrevistador – E quando diz que tenta não ser a mãe isso quer dizer...

Entrevistada – É assim, há pessoas que estão um bocado, como direi, não estão bem psicologicamente e há pessoas que gostam de chamar a atenção, que nós sentimos todos, toda a equipa que as pessoas têm aquelas atitudes para chamar a atenção e aí eu vou falando com essa pessoa, não é? Mas não vou todos os dias perguntar, como é que está hoje? Então está bem hoje, como é que se sente hoje? Não faço isso, não faço, não sei se faço bem se faço mal, mas quero também que as pessoas ganhem também alguma autonomia e que não se encostem um bocado ali na bengala que eu sou, eu tenho problemas, que há pessoas que se põem sempre nessa posição permanentemente, portanto, eu sou assim, ou eu fiz isto porque tenho problemas, tenho problemas na minha vida, tenho problemas de saúde e portanto vocês têm que aceitar isto. E isto não, eu não aceito isto. Portanto, toda a gente tem problemas não é? E portanto isto não pode ser uma bengala permanente, os problemas que eu tenho, as dores de cabeça que eu tenho porque as senhoras a partir de uma determinada idade têm muito esta frase, ai, eu hoje não consigo fazer isso por causa da minha cabeça. Eu não aceito isto, poderei aceitar uma ou outra vez, não é? É normal que as pessoas um dia ou outro tenham dor de cabeça, agora durante treze meses terem dores de cabeça todos os dias quando se confrontam para realizar um determinado trabalho, isto não é aceitável, não é? E há pessoas que se encostam um bocado nisto e ficam ali à espera de colinho todos os dias (...) porque não acho bem, as pessoas têm de crescer, têm que se desenvolver e têm que lutar, têm que batalhar por aquilo que querem, não se podem todos os dias encostar aos problemas que eu tenho lá em casa porque quando nós entramos no local de trabalho temos de deixar os problemas lá fora. Não é fácil fazer isto mas as pessoas ao longo de catorze meses têm de ir, têm de ir fazendo isto. (EIL1/Pág. 7-8)

Outros dos encostados aparecem na representação dos formadores como tendo capacidade “*para ir mais além*” e isso só não acontece porque se “*encostaram um bocado*”. Estes podem ser “*apertados*” com a “*ameaça*” de não lhes serem reconhecidas e validadas as suas competências se não se esforçarem para as demonstrarem o que lhes impediria o acesso à dupla certificação. A descrição de um caso ocorrido com uma formanda é exemplar desta situação. Face aos atrasos permanentes e sistemáticos à formação “*foi chamada várias vezes à atenção*” até que um dia numa reunião “*formal*” ficou escrito em acta: “*ou você muda ou não vai continuar na formação*” o que resultou como que por milagre no efeito positivo da mesma mudar o seu comportamento “*do dia para a noite*”. Esta estratégia de jogar o jogo social da prática da formação sobre a forma da “*ameaça*” acabou de vez com o “*encosto*”.

(...) mas nem todos trabalham da mesma forma, portanto, há pessoas com mais dificuldade que trabalham bem, há outras que têm grandes capacidades e trabalham bem, mas há outras que também, que podiam ir mais além, portanto, se trabalhassem mais tinham feito isto com uma avaliação muito superior ao que têm porque se encostaram um bocado, portanto, temos algumas pessoas que são capazes de dar mais. Temos uma formanda que posso dizer que há cerca de dois meses foi um bocado apertada, ou você muda ou não vai ter as coisas validadas porque é uma pessoa

que é capaz mas que se encostava aos outros e chegava atrasada todos os dias e com a desculpa que estava a tomar, aliás, é verdade que está a tomar, com a desculpa que está a tomar comprimidos para a depressão e então depois tinha sono de manhã e então de manhã chegava sempre atrasada, mas era todos os dias, dez, onze da manhã, dez, onze da manhã e foi chamada várias vezes à atenção, até que um dia foi mesmo formal, foi escrito em acta, ou muda ou não vai continuar na formação. É que nem sequer vai continuar, portanto, é excluída da formação, esta atitude não pode continuar, mudou do dia para a noite, do dia para a noite, agora é das primeiras a chegar, empenhada, dedicada, porque é assim, porque é uma pessoa que é capaz (...) (EIL1/Pág. 26-27).

Acabar com os “*encostos*” pode significar para os profissionais a necessidade de adopção de um acompanhamento específico e permanente em relação à avaliação de desempenho do trabalho dos seus formandos. A combinação de uma racionalidade estratégica com uma racionalidade de tipo procedimental ou poiética (Soulet, 2006) permite que a acção pedagógica se desenvolva no melhor dos sentidos. Pôr fim aos encostos exige a produção de uma acção que se faz fazendo, através de uma negociação constante das condutas dos actores implicados e de uma permanente avaliação dos resultados da acção. Esta última descrição ilustra isso e demonstra também, neste caso, como o acto de educar adultos pode ser tudo menos uma relação social simétrica⁴ partilhada de forma desinteressada numa construção comum horizontal entre educador e educando. A ameaça de “*exclusão*” foi o que fez esta beneficiária ir ao encontro das normatividades esperadas no espaço da formação.

Considerações finais

As representações dos técnicos que têm a seu cargo a implementação da Iniciativa Novas Oportunidades sobre os beneficiários no que à educação básica de adultos diz respeito permitem desde logo uma interessante reflexão sociológica sobre a ideologia governamental assente nas políticas públicas de activação. Este novo modo de regulação das relações sociais centrado na ideia de um Estado Social Activo como sugerem Vrancken e Macquet (2006:83) surge na sequência do que habitualmente se designa por crise do Estado Providência (Rosanvallon, 1981) e como uma procura de resposta, por um lado, aos desafios da globalização económica e financeira e das mutações no mercado internacional do trabalho com as suas exigências de “*competitividade*” e “*adaptação*” a um capitalismo flexível com uma enorme capacidade de destruição criativa (Schumpeter, 1942) que exclui para fora da sociedade salarial uma massa cada vez maior de indivíduos com muitas dificuldades em reentrar no mercado de trabalho

⁴ Para a compreensão das relações pedagógicas como relações de poder marcadamente assimétricas consultar os artigos de Formosinho (1980) sobre as bases do poder do professor e de Afonso (1991) sobre as relações de poder no quotidiano da escola e da sala de aula.

gerando-se desta forma um conjunto de novos problemas sociais associados à gestão pública (e certamente política) da nova questão social (Castel, 1998) com contornos de difícil resolução e por outro lado, com as provas de uma exigência em suportar um Estado Providência que para além dos problemas de facto do assegurar o financiamento público é pressionado pela nova retórica neoliberal (Jobert, 1994) em torno do controlo e da “sustentabilidade” da “*despesa pública*” que faz uma enorme pressão para recompor o Estado na direcção de um Estado Mínimo. As políticas de activação propõem assim uma distinção marcante entre um Estado Social Passivo cujas políticas tinham como centralidade o assegurar de direitos sociais sob a forma da assistência e da indemnização face aos destroços provocados pelo sistema capitalista e um Estado Social Activo (Vrancken e Macquet, 2006) que põe a tónica na necessidade de activar os indivíduos, torná-los autores da sua própria vida, responsabilizá-los pela sua própria trajectória e destino social, promover a sua autonomia. Os indivíduos passam a ser portadores de direitos sob a condição de cumprirem os deveres impostos pelo Estado. Eles são merecedores das alocações atribuídas pelo Estado, se e só se, demonstrarem voluntariamente a sua adesão a este novo contrato social que lhes impõe um conjunto de obrigações. Ora o que os dados produzidos no âmbito da nossa investigação demonstram é que nem todos os beneficiários estão predispostos a aderir ao jogo ideológico das políticas de activação uma vez que é muito evidente que uns estão mais predispostos à activação do que os outros. Se os *clientes-ideais* se ajustam perfeitamente às exigências do trabalho sobre si próprio e que sobre eles é feito no sentido das mudanças pretendidas pelo novo modo de governação de si (Foucault, 2010) e fazem da iniciativa um claro propósito de mudança do seu projecto de vida encarando o programa “*Novas Oportunidades*” como uma verdadeira oportunidade de transformar a sua vida e de voltar a (re) estabelecer a sua ligação ao mercado de trabalho ou a prolongar o investimento na sua escolarização e qualificação através do embarque na aventura ideológica⁵ da “*aprendizagem ao longo da vida*” no caso dos *oportunistas* e dos *forçados* isso não se passa dessa forma. Os *oportunistas* são encarados nas representações sociais dos técnicos como aproveitadores das oportunidades que o sistema põe à sua disposição, como dependentes passivos dos recursos financeiros do Estado e como utilizadores da iniciativa sobre a forma de um modo de vida

⁵ Para uma análise crítica do discurso das políticas europeias em torno da ideia de “*Aprendizagem ao Longo da Vida*” ver por exemplo a obra de Pires (2005:91).

instalado na dependência que funciona assente no suporte (Martuccelli, 2002) de uma almofada financeira confortável que resolve um problema imediato da sua existência. Os *forçados*, por seu lado, representam a recusa completa das políticas de activação Estatal. Sem motivações de qualquer espécie para a frequência da Iniciativa Novas Oportunidades, sentem-se coagidos institucionalmente pelas obrigações impostas pelo Estado de a frequentar, ameaçados da perda do Subsídio de Desemprego ou do Rendimento Social de Inserção, o que eles querem verdadeiramente é um “*trabalho*” e chegam a ameaçar os técnicos responsáveis pela implementação do programa em quem vêm representado o Poder do Estado chegando a pôr em causa e a instabilizar todo o trabalho social da formação e do reconhecimento de competências. Os *encostados* são um bom exemplo de como o trabalho social de activar indivíduos que chegam à formação com disposições percebidas como passivas exige uma prova (Martuccelli, 2006) dura para os técnicos no seu trabalho sobre o outro (Dubet, 2002) de modo a promover a passagem de um estado percebido de dependência para um processo em direcção à autonomia. Todo um trabalho poético (Soulet, 2006) é necessário ser desenvolvido uma vez que a activação com alguns destes beneficiários se faz por *arrasto*, “*é preciso puxar por elas*” e por vezes recorre-se mesmo à estratégia pedagógica da *ameaça*, “*ou muda de atitude ou para a semana já não está cá*”. Os dados produzidos permitem também levantar a hipótese da fabricação de desigualdades sociais face às políticas de activação. Alguns indícios recolhidos fazem-nos crer serem os beneficiários com mais recursos culturais e sociais e portanto, com maior proximidade social e cultural às competências a desenvolver pretendidas pelo programa aqueles que mais se aproximam dos *clientes-ideais*. São os mais competentes à partida aqueles que mais condições reúnem para uma activação de excelência. Por outro lado, as políticas de activação podem fabricar também a *produção da incompetência* quando os beneficiários são percebidos pelos técnicos como não tendo “*perfil*” para entrar em processo de RVCC. Se como Perrenoud (1995) demonstrou a excelência escolar se fabrica interactivamente no interior do espaço escolar a partir dos julgamentos de excelência construídos na interacção entre professores e alunos ao nível da educação e formação de adultos no âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades a exigência de activação pode levar à produção de *juízos de incompetência* pessoais e profissionais. Um processo que se pretende de reconhecimento e validação de competências adquiridas ao longo da

vida pode construir assim para uma parte significativa dos seus destinatários o efeito contrário ao pretendido.

Bibliografia

- Afonso, A. J. (1991), Relações de Poder no Quotidiano da Escola e da Sala de Aula – Elementos para uma análise sociológica e organizacional, *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, nº 10/11, p. 133-155.
- Boltanski, L. e Thévenot L. (1991), *De la justification. Les économies de la grandeur*, Paris: Gallimard.
- Castel, R. (1998), *As metamorfoses da questão social, Uma crónica do salário*, Petrópolis: Editora Vozes.
- Cassiers, I. (2005), De l'État providence à l'État social actif: Quelles mutations sous-jacentes?, *Regards Économiques*, Institut de Recherches Economiques et Sociales de l'Université Catholique de Louvain.
- Dubet, F. (2002), *Le Déclin De L'Institution*, Paris: Éditions du Seuil.
- Foucault, M. (2010), *O Governo De Si e Dos Outros*, Martins Fontes -WMF.
- Formosinho, J. (1987), «O Currículo Uniforme Pronto a Vestir de Tamanho Único», in Vários, *O Insucesso Escolar em Questão*. Cadernos de Análise Social da Educação. Braga: Universidade do Minho, pp. 41-50.
- Gomes, C. (1987), A interacção selectiva na escola de massas, *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº3, p. 35-49, CIES: Editora Mundos Sociais.
- Hiernaux, J. P. (1997), “Análise estrutural de conteúdos e modelos culturais: aplicação a materiais volumosos” in Albarello, L. et al., *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*, «Coleção Trajectos», Lisboa: Gradiva.
- Jobert, B. (Dir.) (1994), *Le Tournant Néo-Liberal En Europe*, Paris, L'Harmattan.
- Martuccelli, D. (2002), *Grammaires de l'individu*, Paris, Folio-Essais, Gallimard.
- Martuccelli, D. (2006), *Forgé par l'épreuve. L'individu dans la France contemporaine*, Paris: Armand Colin.
- Perrenoud, P. (1995), *La fabrication de l'excellence scolaire*, (2ª edição), Genève : Librairie Droz.
- Pires, A. (2005), *Educação E Formação Ao Longo Da Vida: Análise Crítica Dos Sistemas E Dispositivos De Reconhecimento E Validação De Aprendizagens E De Competências*, Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação Para A Ciência E A Tecnologia.
- Rosanvallon P. (1981), *La crise de L'État-providence*, Paris: Seuil.
- Schumpeter, J. (1942), *Capitalism, Socialism and Democracy*, New York: Harper.
- Soulet, M-H (2006), “Confiança e Capacidade de Acção. Agir em Contexto de In-quietude”, in Balsa, C. M. (Org.), *Confiança e Laço Social*, Lisboa, CEOS – Investigações Sociológicas: Edições Colibri.
- Vrancken e Macquet (2006), *Le travail sur soi. Vers une psychologisation da la société?* Paris: Éditions Belin.
- Weber, M. (1971), *Économie et Société/1. Les categories de la sociologie*, Paris: Librairie Plon.